COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 708, DE 2017

Aprova o texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Autora: REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA
NO PARLAMENTO DO
MERCOSUL.

Relator: Deputado HILDO ROCHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 708/2017 trata da aprovação do texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL, celebrado em San Juan, na Argentina, em 2 de agosto de 2010.

Determina que ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Código, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Dispõe ainda que o referido Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sobre o conteúdo do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM), a Mensagem MSC 199/2016 do Poder Executivo esclarece que o “CAM constitui legislação aduaneira comum no âmbito regional e, uma vez em vigor, permitirá aos Estados Partes do MERCOSUL ampliar ações concertadas em

matéria aduaneira, com consequências positivas para a circulação de bens na região”.

Ressalta ainda que “a norma, já internalizada pela Argentina e em vias de incorporação pelos demais Estados Partes, cobre institutos basilares em matéria aduaneira e conforma base jurídica fundamental para alcançar estágios mais avançados de integração regional”.

De acordo com a Decisão MERCOSUL/CMC/DEC. N° 27/10, tendo em vista o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões n° 01/92, 25/94, 26/03, 54/04, 25/06 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução N° 40/06 do Grupo Mercado Comum, “CONSIDERANDO: Que o Tratado de Assunção, em seu artigo 1º, reafirma que a harmonização das legislações dos Estados Partes nas áreas pertinentes é um dos aspectos essenciais para conformar um Mercado Comum; Que a Decisão CMC N° 54/04 “Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira”, em seu artigo 4º, estabelece que para permitir a implementação da livre circulação de mercadorias importadas de terceiros países dentro do MERCOSUL, os Estados Partes deverão aprovar o Código Aduaneiro do MERCOSUL; Que foi conformado um Grupo Ad Hoc dependente do Grupo Mercado Comum encarregado da redação do Projeto de Código Aduaneiro do MERCOSUL; e Que a adoção de uma legislação aduaneira comum, conjuntamente com a definição e o disciplinamento dos institutos que regulam a matéria aduaneira no âmbito do MERCOSUL, criará condições para avançar no aprofundamento do processo de integração”, o Conselho do Mercado Comum (CMC) decidiu aprovar o CAM e os Estados Partes farão as consultas e gestões necessárias para a eficaz implementação do mesmo dentro de seus respectivos sistemas jurídicos.

O CMC decidiu ainda que os Estados Partes se comprometem a harmonizar aqueles aspectos não contemplados no CAM e que esta decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

Em suma, o CAM consolida e harmoniza as legislações aduaneiras (Regulamento Aduaneiro) dos países membros do MERCOSUL.

A proposição em tela foi distribuída pela Mesa Diretora para as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN; Finanças e Tributação – CFT (Mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, RICD), e está sujeita à apreciação do Plenário e com Regime de Tramitação de Urgência (art. 151, I, "j", RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art.53, II) e de Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que "importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública" estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Neste sentido dispõe também o art. 9º da Norma Interna da CFT, *in verbis*:

"Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."

O Projeto de Decreto Legislativo nº 708/2017 aprova o Código Aduaneiro do MERCOSUL, cujo texto não tem repercussão direta nos Orçamentos da União, eis que se reveste de caráter totalmente normativo, sem impacto em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.

No mérito, o PDC nº 708/2017 merece prosperar, tendo em vista que contribui para o aperfeiçoamento dos controles e para a

harmonização das legislações aduaneiras dos países membros do MERCOSUL, aumentando a segurança jurídica e estimulando o comércio intrabloco, na medida em que facilita e harmoniza o cumprimento das exigências aduaneiras.

Em face do exposto, voto pela não implicação do Projeto de Decreto Legislativo nº 708/2017 em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, voto pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de outubro de 2017.

Deputado HILDO ROCHA
Relator